

Ações anulatórias de direitos da propriedade industrial e o INPI - litisconsorte ou assistente?

Autor: Fabiano de Bem da Rocha

(Advogado)

| Artigo publicado em 16.09.2005 |

I. Introdução

A questão a ser abordada no presente trabalho, envolvendo a posição processual do INPI nas ações anulatórias em Propriedade Industrial pode ser considerada um tanto quanto complexa, notadamente pela divergência jurisprudencial vivenciada em nossos Tribunais. Embora para muitos, o tema não mereça maiores divagações, pois os arts. 57 e 175 da atual legislação (Lei 9.279 de 14 de maio de 1996) teriam espancado qualquer dúvida, ao definirem que a autarquia, quando não for autora de ações anulatórias,⁽¹⁾ intervirá no feito, estirpando eventuais posicionamentos que admitiam sua conduta passiva, entretanto, na prática, pairam dúvidas acerca da melhor exegese desse dispositivo.

Além do que, o parágrafo 1º desses dispositivos comportam dúvida interpretação, pois explicitam prazo para defesa do réu titular da patente/registro, sem permitir, contudo, ampla avaliação se o termo é adotado no sentido estrito - réu é apenas o titular da patente/registro - ou se apenas define tal prazo especial apenas para esses, correndo os prazos processuais normais para demais réus que integrem a lide, que podem ser, na hipótese, o INPI.

Resta saber então, há intervenção do INPI, como litisconsorte necessário ou assistência? Com efeito, seja na linha jurisprudencial, seja na atuação da autarquia em demandas dessa espécie, não se tem como pacífico o tema.

Para bem delimitar a discussão, necessário inferir-se, inicialmente, acerca dos direitos envolvidos nas ações anulatórias preconizadas pelos artigos 56 e 173 da Lei 9.279/96.

II. Sistema Atributivo

É certo que vige entre nós o sistema de direito atributivo, que decorre de própria disposição legal, forte nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei 9.279/96, que exprimem a proteção à propriedade industrial através da concessão de direitos.

De modo específico, vêm estampados nos arts. 6º, 109 e 129, do diploma, a garantia da propriedade da invenção, desenho industrial e marca, adquiridos, respectivamente, através de patentes e registros.

Neste sentido, as palavras do Min. Célio Borja, quando relator do Projeto de Lei 309/71, que resultou na antiga Lei 5.772/71 e que, acolhendo o sistema atributivo em nosso país, mantido pela legislação atual, referiu, in verbis:

“Encerrando nossas considerações sobre as Diretrizes da política econômica que informam o Projeto de Lei, lembramos que ele, conferindo ao registro o EFEITO ATRIBUTIVO do direito de propriedade industrial, investe-o, igualmente, na missão de ser o instrumento de divulgação e disseminação das informações tecnológicas indispensáveis ao progresso da indústria nacional e ao aumento quantitativo e qualitativo dos bens oferecidos ao consumidor do mercado interno.”(2) (BORJA apud SOARES, 1997)

Igual modo, a orientação de José Carlos Tinoco Soares:

“Em verdade o que confere a patente ao seu titular é o tradicional *ius utendi, fruendi et abutendi*, posto que não se pode olvidar o outro brocado, isto é, *qui suo iure utitur neminem laedit*. Ora, desde que o titular requereu o seu pedido de patente, esperou a tramitação e obteve a conferência desse direito tem para si a propriedade e a exclusividade do mesmo, podendo na preservação do mesmo agir contra terceiros, quando necessário [...]. Lembrando sempre que a Constituição Federal em seu art. 5º, n. XXIX, consagra a propriedade da marca, dando faculdade à lei para o recebimento, processamento e conferência desse direito, estamos mais uma vez, sob a égide do sistema atributivo[...].”

Não devemos olvidar, o legislador instituiu exceções ao sistema, incorporadas nos arts. 45, 110, 126 e § 1º do art. 129, ao referirem, respectivamente, sobre o usuário anterior em patentes e desenhos industriais, bem assim, da proteção às marcas notoriamente conhecidas independentemente de prévio depósito ou registro em nosso país, bem assim, quanto aos usuários de marca de boa-fé, concedendo-lhe direito de precedência ao registro. Entretanto, aquém dessas considerações, prevalece a regra geral.

A conceituação importa, pois ao incorporar nosso Direito Positivo o sistema atributivo, admite-se que a patente e o registro assumem caráter constitutivo de direito real ao uso exclusivo, sendo seu efeito direto o reconhecimento da propriedade, que, sem sua existência, não detém proteção. No aspecto positivo, exprimem as faculdades de uso, gozo e disposição, e no aspecto negativo, garante o uso exclusivo e possibilidade de impedir terceiros de explorarem-no indevidamente, como define Carvalho de Mendonça ao explorar o tema, notadamente no direito marcário:

“Por meio do registro ela garante, não o ato da aquisição nem o uso das marcas, mas a exclusividade deste uso com relação a terceiros. Por outra, o registro cria o privilégio das marcas, e, conseqüentemente, o direito exclusivo do seu uso e gozo por parte do titular.” (4)

Como não poderia deixar de ser, a questão foi sedimentada em nossa Corte Superior de Justiça, culminando com precedente assim ementado:

“MARCA. REGISTRO PROMOVIDO JUNTO AO INPI. PREVALÊNCIA SOBRE A ‘UTILIZAÇÃO PROLONGADA’, DECORRENTE DA ADOÇÃO DO NOME COMERCIAL.

[...]

Pelo sistema adotado pela legislação brasileira, afastou-se o preavalecimento do regime de ‘ocupação’ ou da ‘utilização prolongada’ como meio aquisitivo de propriedade da marca. O registro no INPI é quem confere eficácia erga omnes, atribuindo àquele que o promoveu a propriedade e o uso exclusivo da marca. Precedentes do STJ. Recurso especial conhecido e provido parcialmente.”(5)

E também, por óbvio, decisão que se estende a todos os demais direitos de propriedade industrial previstos e concedidos na norma especial.

III. Das funções da Autarquia

Preconiza o art. 240 da Lei 9.279/96, com nova redação dada ao art. 2º da Lei 5.648/70 – que criou o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – que tem esse finalidade precípua executar as normas que regulam a propriedade industrial em âmbito nacional, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica.

Quando da vigência da Lei de 1970, foi promulgado o Decreto 68.104/71, regulamentando-a e dando outras providências, que dispunha em seus artigos 17 e 18, que às Secretarias de Marcas e de Patentes, respectivamente, competia , sem prejuízo de outras atribuições, examinar e decidir os pedidos de registro e de prorrogação de marca, expressão ou sinal de propaganda e outros previstos em lei, bem assim, os pedidos de privilégios.

Após, seguiu-se à promulgação do Decreto 77.483/76, revogando o anterior e dispondo sobre a estrutura básica do INPI, inserindo nos artigos 10 e 11, as mesmas atribuições anteriores, apenas com a alteração da nomenclatura de Secretarias para Diretorias .

Mais recentemente, promulgou-se o Decreto 4.636, publicado no Diário Oficial da União de 21 de março de 2003, dispondo em seu Capítulo IV, Seção III, sobre a criação dos órgãos específicos singulares, atribuindo-se, forte nos arts. 10 e 11, à Diretoria de Patentes analisar e decidir acerca de privilégios patentários e de registros de desenho industrial e à Diretoria de Marcas e Indicações Geográficas analisar e decidir acerca de registros de marca, de indicação geográfica e de outros sinais distintivos .

Como visto, tem o INPI, por força de lei, inegável parcela de responsabilidade na execução das normas que regulam a propriedade industrial, cabendo-lhe o veredicto, seja do ponto de vista jurídico, social e econômico, acerca da concessão ou não de privilégios de patente e registros de desenho industrial e marcas, devendo zelar por sua correta aplicação.

Não podemos olvidar, contudo, que os atos dele emanados decorrem apenas e tão- somente de sujeição ao ordenamento legal, como sói acontecer com os atos administrativos em geral. A propósito, convém lembrar que a função do INPI enquadra-se como modalidade de intervenção estatal na administração de direitos privados, realizada por órgão alheio ao Poder Judiciário.

Superadas essas questões preliminares apenas para localização do tema, mister avaliar as definições doutrinárias de litisconsórcio e assistência encontrada na Lei de Ritos, efetuando, após, análise das doutrinas acerca da posição processual do INPI, para quem sabe, com isso e com apoio na lei especial, nortear a questão.

IV. Do Litisconsórcio

Cuidou o legislador processualista, ao tratar do Litisconsórcio , de estampá-lo no capítulo V do Código de Processo Civil, Seção I. Nas bases de seu conceito, vem definido como instituto característico da intervenção de terceiros , sendo intimamente ligado à problemática de cumulação de ações e partes, para a qual considera Cernelutti como um processo " com pluralidade de partes "(3) conceituação também adotada por Calamandrei , que, quando fala em partes, refere-as como " casal necessário de contraditores ".(4) Frederico Marques classifica o litisconsórcio como necessário ou indispensável , decorrente da cumulação de interesses; impropriamente facultativo ou irrecusável , que provém de conexão de lides, e facultativo , onde a reunião dos processos deriva da afinidade de questões comuns ao fato ou ao direito da causa, onde deverá haver acordo das partes para adoção, na forma do art. 46, IV, do CPC.(5)

Sálvio de Figueiredo Teixeira conceitua o litisconsórcio com sendo necessário (indispensável) ou facultativo (irrecusável e recusável) ,

estes estabelecidos pelo art. 46, II a IV, do CPC, bem assim, simples ou unitário, considerando também que o inciso I, do artigo supra-referido é, em princípio, de natureza facultativa, podendo, entretanto, tornar-se necessário quando concorrer para tal as hipóteses do art. 47 do Codex.(6)

Quanto aos dois últimos mencionados pelo eminente processualista, conceitua Celso Agrícola Barbi como sendo unitário o que possui sentença uniformemente proferida em relação a todos os litisconsortes, e o simples, cuja sentença pode ser diferente aos mesmos.(7)

Vale referir, todos os autores citados são unânimes ao considerar que nem todo o litisconsórcio necessário é unitário e vice-versa, sendo esclarecedor que o art. 47 não exprime a real conceituação do tema, pois pode-se, à primeira vista, admitir que o instituto nele ventilado guarde relação com o litisconsórcio unitário, quando, em verdade, nenhuma ligação possui.

Essa modalidade de intervenção pode ocorrer desde sua forma mais simples – autor e réu – proveniente, regra geral, da reunião de diversas demandas, de diversas partes, que poderiam ser propostas separadamente, e que, por economia processual, cuidou o legislador de congregá-las.

A doutrina pátria insiste em críticas a forma como foi abordada a matéria em nosso Codex, por reunirem os arts. 46 e 47 certas imprecisões, acerca de qual espécie de litisconsórcio cada um deles define.

Na exegese pura e simples do art. 46, depreende-se tratar de formação de litisconsórcio facultativo, cuja fonte advém da interligação na relação jurídica motivada por termo comum de direito ou de fato, bem assim de conexão entre a causa de pedir, e que tem por finalidade a já referida economia processual, desde já, salientado não ser imposição legal, mera iniciativa do autor.

Para que duas ou mais pessoas possam litigar no mesmo processo, conjuntamente, nos pólos ativo e passivo, o Código enumera quatro hipóteses, sendo elas:

Inciso I – quando houver comunidade de direitos ou obrigações relativas à lide, a qual, via de regra, é decorrente do direito substancial, ou seja, há solidariedade e obrigação comum às partes. Importante referir, como orientam Barbi(8) e Sálvio de Figueiredo, (9) para que seja facultativo o litisconsórcio desse inciso, não podem ocorrer as hipóteses previstas no art. 47 – sentença uniforme por disposição de lei ou natureza jurídica da relação – pois, em havendo,

transporta-se necessariamente a esse, v.g., nas ações de reivindicação de imóveis de propriedade de cônjuges;

Incisos II e III – a análise desses incisos pode ser efetuada conjuntamente, pois são conexos, inclusive podendo-se considerar o segundo como desnecessário, haja vista que as obrigações derivadas do mesmo fundamento de fato ou de direito são abrangidas pelo conceito de causa de pedir, previsto no terceiro item.

Logo, causas provenientes de mesmo fato e fundamento de direito, que não se confunde com norma jurídica aplicável, bem assim aquelas que possuam conexão por objeto ou causa de pedir, devem obrigatoriamente ser reunidas, igualmente às partes que nela estão inseridas.

Mais relevante é o fato do item III guardar relação com o preconizado pelo art. 103 do Código.

Inciso IV – neste item, cuidou o legislador de considerar necessária a cumulação de ações e partes quando ocorrer afinidade de questões de fato ou de direito, ou seja, elementos a serem apreciados para a solução da demanda.⁽¹⁰⁾ Citem-se, inclusive, os exemplos que são dados por Lopes da Costa,⁽¹¹⁾ acerca de ações propostas por um titular contra diversas empresas que o prejudicaram através de práticas de atos de concorrência desleal.

Refira-se, ainda, que a comunhão de pontos fáticos ou de direito não autoriza a conexão de ações, podendo haver o litisconsórcio apenas e tão-somente nas demandas de competência territorial.

Pois bem, vislumbrados os conceitos sobre litisconsórcio na modalidade facultativa, encontra-se, noutro pólo, o litisconsórcio necessário previsto no art. 47 do Código, que, como visto, é objeto de severa crítica de parte da doutrina, tocante à técnica adotada pelo legislador em sua definição, pois, em primeira análise, pode-se induzir a crer tenha característica de litisconsórcio unitário, quando, em verdade, nenhuma ligação possui.

Ainda assim, em exame perfunctório, esse instituto caracteriza-se primordialmente pela indispensável cumulação subjetiva no mesmo processo. Isso vale dizer que a questão posta em juízo é indivisível e não poder ser objeto da prestação jurisdicional sem a presença obrigatória de todos aqueles para os quais ela incidirá. Vincula várias pessoas ou pertence a pluralidade delas, seja em decorrência de lei ou da natureza da relação jurídica.

Ou seja, existe por obrigação de lei ou natureza da relação jurídica que reclama sentença uniforme às partes.

Nos exemplos mais citados pela doutrina, a justificar a formação do litisconsórcio por disposição legal, encontramos as hipóteses do art. 10, § 1º, do CPC (litisconsórcio entre cônjuges); dos arts. 761, II, e 762, do CPC (casos de insolvência civil que obriga a citação de todos os credores); dos arts. 947, 952 e 999, do CPC (dos juízos divisórios), dentre tantos outros, de onde depreende-se ter o legislador optado por sua ocorrência sempre que legalmente obrigatório.

Outrossim, no litisconsórcio decorrente da natureza da relação jurídica que exige sentença uniforme, ensinam os doutrinadores que tal ocorre, por exemplo, com ações constitutivas onde a sentença afetará outrem. Decisão do Pretório Excelso entendeu também ser caso de litisconsórcio necessário, quando a decisão acarretar obrigações diretas ao terceiro, que prejudiquem ou afetem seu direito subjetivo.(12)

Entendemos por bem destacar as críticas feitas por BARBI(13) ao dispositivo em tela, quando afirma que “nem sempre a solução da causa em relação a todas as partes produz litisconsórcio necessário ...”, e que “ pode haver litisconsórcio necessário no qual a decisão não tenha de ser uniforme em relação a todas as partes ...”, como ocorre nas ações de usucapião de terras particulares do art. 942 do CPC.

Justifica, ao seu crivo, que ocorrerá o litisconsórcio necessário por expressa disposição legal e em casos específicos, desimportando que a lide deva ser decidida de forma uniforme, bastando, para tanto, a imposição legal que não permitirá sua escusa pelas partes.

Por sua vez, tocante ao litisconsórcio necessário em decorrência da natureza da relação jurídica, devendo ser decidida a lide de modo uniforme, entende o jurista que a ele se deve aplicar a parte final do art. 47, onde a eficácia da sentença dar-se-á somente com a citação de todos os litisconsortes do processo.

Como corolário, aduz concretamente que essa espécie de litisconsórcio só ocorrerá na modalidade passiva, pois citação somente faz-se ao réu, nunca ao autor ou a terceiro. Essa conclusão faz também, apoiado no direito positivo pátrio, eis que as hipóteses de litisconsórcio necessário ativo vêm dispostas em lei.

V. Da assistência

Noutro ponto do estudo, convém avaliar modalidade de intervenção de terceiros - ainda que incluída em capítulo anterior na Lei de Ritos,

em conjunto ao litisconsórcio - denominada assistência , preconizada nos arts. 50 e segs.

Na acepção mais simples, a assistência consiste em intervenção voluntária de terceiro que, motivado por interesse jurídico, compõe a lide para buscar sentença favorável a uma das partes, autor ou réu, auxiliando nessa obtenção.

O assistente vai ao feito colaborar para que a prestação da tutela jurisdicional seja benéfica e favorável à parte que assiste, posicionando-se, processualmente, ao lado do sujeito ativo ou passivo na demanda, a ser equacionado conforme sua escolha.

Para Aureliano de Gusmão,(14) trata-se de " intervenção de terceiro no processo para auxiliar um dos litigantes, em cujo ganho de causa tenham legítimo interesse ".

Como modalidades, classifica-se como simples ou adesivo , previstos no art. 50 do CPC, e qualificado ou litisconsorcial , do art. 54. Frederico Marques,(15) seguindo os ensinamentos de Chiovenda, entende que há assistência simples quando o " terceiro interveniente se encontre com uma das partes no processo, em relação tal que o desfecho desfavorável da lide, embora não produzindo o efeito de coisa julgada quanto a ele, tornaria depois mais difícil, se ele não interviesse, a defesa de seu direito ."

Já para o Min. Sálvio de Figueiredo, na assistência simples, " o assistente não é parte, não faz jus a honorários nem por eles responde, concorrendo apenas com as despesas ".(16) Igual entendimento vem esposado pelo emérito processualista gaúcho Athos Gusmão Carneiro, ao definir que " O terceiro, ao intervir no processo na qualidade de assistente, não formula pedido algum em prol de direito seu. Torna-se sujeito do processo, mas não se torna parte ." (17)

Por sua vez, a assistência qualificada ou litisconsorcial é aquela em que o assistente assume posição quase idêntica à da parte, alcançando-lhe os efeitos da coisa julgada, além de discutir direito próprio, do qual é igualmente co-titular.(18)

Vale referir, nessa modalidade, o assistente é " direta e imediatamente vinculado à relação jurídica ",(19) ressalvando-se, todavia, que não é parte. Assim também leciona Frederico Marques,(20) quando afirma que a decisão não repousa sobre direito seu, mas sim acerca de relação jurídica de outrem atrelada àquela entre ele e uma das partes.

A assistência litisconsorcial dá-se, então, quando o direito posto em discussão cabe também ao assistente, fato que lhe autorizaria e legitimaria a agir isoladamente na causa, ou ainda, quando esse direito pertence ao terceiro assistente, porém está representado por substituto processual.

De qualquer sorte, mais importante para o estudo, é o pressuposto inerente ao instituto, sem o qual não se lhe autoriza, e que vem configurado no elemento interesse jurídico. O interesse, e esse deve ser apenas o jurídico,(21) decorre necessariamente da relação de interdependência que possuem a parte e o assistente, de modo que a sentença proferida lhe favorecerá ou prejudicará juridicamente.

Liebmann, contudo, ao definir o interesse na assistência simples, afirmava que esse poderia também ser de fato , tendo maior incidência do que aquele(22), que restou afastado pela exegese do art. 50 do CPC, que o delimita, qualificando como eminentemente jurídico -quando o terceiro tenha relação jurídica com o direito em discussão ou, ainda mesmo, dependente.

Assim, ao terceiro que deseja ingressar na demanda, deve mencionar o interesse jurídico para intervir como coadjuvante, indicando precisamente qual parte pretende ajudar.

VI. INPI e Assistência na doutrina e jurisprudência - Posição dominante

Duas são as correntes que se formaram com o passar dos tempos, seja doutrinária, seja jurisprudencialmente, admitindo tanto a posição de assistente das partes como a de co-réu, e mesmo após o advento da Lei 9.279/96 e de seus arts. 57 e 175, há ainda quem entenda deva o INPI integrar o pólo passivo dessas ações, pois seria essa a disposição expressa da norma.

A primeira entende que, em decorrência da natureza atributiva adotada pelo sistema pátrio, as ações que visem à desconstituição de patentes e marcas devem, obrigatoriamente, ser propostas contra os titulares, pois apenas esses seriam legitimados a integrarem o pólo passivo, pois a eles pertenceriam os direitos sobre o ato de cuja anulação pretende-se.

Aliás, aqui convém um aparte, pois teorias existem sobre a natureza da sentença anulatória. Há quem concorde que, em sendo absoluta, o objeto buscado seria a declaração de nulidade. Nessa ordem encontram-se Liebmann e Celso Agrícola Barbi, com os quais também concorda Lélío Denicoli Schmidt.(23) Contrariamente, há quem afirme que tais sentenças são de desconstituição, em razão dos

efeitos do ato que busca-se invalidar, originário de ente público, como defende Dinamarco.

Apenas para referência, pois não se objetiva o estudo das sentenças anulatórias e suas cargas de eficácia, apenas lembrando que a lei trouxe estampada no art. 174, ao menos, a carga declaratória. Não olvidemos, também, que Pontes de Miranda, ao estudar a ação e sentença, concluiu que, seja qual for a garantia, possui todas as eficácias.

Precursor na defesa da posição de que a autarquia deve ser admitida com assistente, e ainda mesmo antes da promulgação da lei vigente, encontra-se o maior tratadista pátrio na matéria, Gama Cerqueira, que entendia expressa e taxativamente, inclusive, em razão da obviedade, que as ações de nulidade somente poderiam ser intentadas contra o titular do privilégio de patente ou do registro de marca.⁽²⁴⁾ Insta lembrar, no tocante à ação de nulidade de patentes, entendia-se como necessária a intervenção do Ministério Público no processo, pois " dada a matéria de ordem pública e o interesse geral da coletividade que os privilégios de invenção envolvem, útil e necessária se torna a intervenção do Estado ..." pois o parquet teria função representativa da sociedade e, como tal, defenderia seus interesses.

Com o passar dos anos essa exigência foi tendo-se por desnecessária, mantida, contudo, a construção doutrinária no sentido de que ações dessa espécie seriam propostas contra o titular do direito anulando, também defendida pelo prof. Tinoco Soares:

"Saliente-se que a ação ordinária de anulação de patente deverá ser proposta contra o titular da patente, que no caso é a ré, figurando o INPI como assistente para intervir no feito [...]. Saliente-se que a ação ordinária de anulação de registro de marca deverá ser proposta contra o Titular do Registro, figurando o INPI como assistente para intervir no feito [...]"

Assim também Luiz Guilherme de A.V. Loureiro:

"No pólo passivo da ação deve figurar o titular da patente cuja nulidade é alegada. Todos os titulares constantes do registro devem estar presentes no pólo passivo da ação [...].

"E como já foi visto, se o INPI não for o autor da ação de nulidade, deve necessariamente intervir no feito [...]."

Quando o INPI não for autor da ação, deverá necessariamente figurar como interveniente no feito, sob pena de nulidade da ação. No pólo

passivo da ação deve figurar o titular da marca cuja nulidade é alegada.”

A esses autores se seguiram os profs. Newton Silveira (25) e Paulo Roberto Tavares Paes. (26)

Várias foram as decisões dos Tribunais, entendendo deva a ação de nulidade ser proposta contra o titular do direito, assumindo o INPI a posição de assistente, dentre as quais citam-se:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. LEI DE PATENTES E MARCAS. ASSISTÊNCIA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL.

1. Nos processos que envolvem propriedade intelectual, houve uma ligeira mas significativa derrogação dos princípios relativos ao instituto da assistência processual: ela, que é facultativa, nos termos do artigo 50 do Código de Processo Civil, passou a ser obrigatória, em se tratando de causas envolvendo marcas e patentes. Além disso, o interesse jurídico é presumido, também, por força da Lei nº 9.279/96. 2. No caso em exame, embora não se trate exatamente de ação de nulidade do registro, como bem argumenta a agravante, tal fato não tem o condão de afastar a intervenção do INPI, porque há pedido expresso de anotação de limitação do uso da marca (art.136, Lei 9.279/96), de molde a influir, igualmente nas funções institucionais da autarquia. 3. A nova lei de Patentes e Marcas (art. 175, por exemplo), acolhendo o que já era tradição em nosso direito, estabeleceu expressamente que, se não for parte, o INPI intervirá obrigatoriamente como assistente de uma das partes nas ações envolvendo registros e anotações de sua competência administrativa, cabendo-lhe a escolha sobre qual das partes prestará assistência. 4. Agravo de instrumento improvido.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE DE MARCA. POSIÇÃO PROCESSUAL DO INPI. DIREITO AUTORAL E DIREITO MARCÁRIO.

Em ações de nulidade de marca, é o INPI assistente litisconsorcial. Recurso provido.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI - LITISCONSÓRCIO PASSIVO - ASSISTÊNCIA. I - O direito real contido no registro praticado pelo INPI pertence ao titular do privilégio e não à administração. II - O INPI tem interesse no resguardo da lei, podendo funcionar seja como assistente do autor, seja como assistente do réu, desde que se convença de que o registro tenha sido bem ou mal concedido e que deva ser mantido ou até mesmo anulado. De qualquer forma, a intervenção do INPI no feito impõe-se, cabendo-lhe escolher a posição a assumir, visando prevalência do interesse público.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E NOME COMERCIAL - REGISTRO - POSIÇÃO PROCESSUAL DO INPI - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

A Ação de nulidade de registro de marca e patente só pode ser intentada contra o titular do registro, isto é, a pessoa física ou jurídica a quem foi concedida a marca ou patente. O INPI, que realiza o registro, chamado ao processo, assumirá a posição de assistente do autor ou do réu.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - COLIDÊNCIA DE MARCAS - POSIÇÃO PROCESSUAL DO INPI.

Sendo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial o órgão de registro e pertencendo o direito de propriedade decorrente ao titular da marca, este é que deve ser demandado em juízo, sendo a posição daquele a de Assistente da parte que escolher.

ASSISTÊNCIA – A ação visando à declaração da nulidade do registro de marca deve ser dirigida contra a pessoa do respectivo titular, cabendo ao INPI, na relação processual, assumir a posição de assistente de uma das partes."

Assim, para essa corrente, admite-se a intervenção do INPI na qualidade de assistente litisconsorcial, defendendo-a com fulcro no art. 54 da Lei de Ritos, pois para essa hipótese, como visto, o assistente vai ao feito colaborar para que a prestação da tutela jurisdicional seja benéfica e favorável à parte que assiste, posicionando-se, processualmente, ao lado do sujeito ativo ou passivo na demanda, a ser equacionado conforme sua escolha.

VII. INPI e Litisconsórcio na doutrina e jurisprudência - Posição minoritária

Em posição diametralmente oposta, entendimento da segunda corrente, de pequeno eco, tem como necessária a inclusão do INPI no pólo passivo das demandas anulatórias, pois além de considerar sua responsabilidade pelo ato administrativo que gera efeitos e monopólio, afirmam que em decorrência desse ato, é imperiosa sua chamada a integrar a lide na qualidade de litisconsorte necessário (Art. 47 do CPC), pois a sentença deverá julgar a causa de modo uniforme para todas as partes: autor, réu e a União, representada pela autarquia que concedeu o registro, ato indivisível e incindível.

Essa tese é defendida por Douglas Gabriel Domingues (27) ao afirmar que:

"Face à norma imperativa do art. 47 do Cód. Proc. Civil: o juiz deve decidir a lide de modo uniforme para todas as partes. A eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Assim, como a lide há que se decidir de modo uniforme para o titular da marca atacada judicialmente, o autor da ação e a repartição que concedeu o registro e expediu o certificado, necessário se torna que o INPI integre a lide na qualidade de litisconsorte."

Nessa mesma linha de conduta, aparece a fervorosa defesa do advogado Lélío Denicoli Schmidt, em seu brilhante trabalho publicado na Revista da ABPI nº 26, já citado, e que a todos recomendamos leitura, que, após discorrer sobre o tema, conclui: "A correta posição do INPI em tais ações, quando não for autor, é a de litisconsorte passivo necessário-unitário, e não a de assistente litisconsorcial, mesmo que o seu ingresso na lide se dê ulteriormente."

Em sustento a essa orientação, seguem os precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE REGISTRO DE PATENTE. INPI. LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO.

I - O INPI, nas ações destinadas a anular registro de marca patentes, é parte autônoma e não mero assistente. II - A ação de nulidade de registro de marca ou patente há que ser proposta contra o titular do registro, tendo o INPI como co-réu, já que é a autarquia responsável pela concessão do registro de marcas e patentes. III - Recurso improvido.

ADMINISTRATIVO - MARCA - NULIDADE DE REGISTRO - IMITAÇÃO OU REPRODUÇÃO - INPI - SUA POSIÇÃO NO FEITO. [...]

II - O INPI figura como parte e não como mero assistente em processos nos quais se discute a validade de registro por ele outorgado.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MARCA INDUSTRIAL. CONVENÇÃO DE PARIS. PROTEÇÃO INTERNACIONAL.

Sendo de parte autônoma e não de assistente a posição processual do INPI, nas ações de anulação de registro de marca, o prazo de recurso, para a empresa que ao lado dele litiga, é contado em dobro.

PROCESSUAL CIVIL - POSIÇÃO PROCESSUAL DO INPI.

I – Recurso relativo a participação no feito do INPI. II – Ação de nulidade de registro de marca tem que ser proposta contra o titular da marca, pois visa desconstituir um direito, que se originou com o registro. III - A sentença atinge, também, o INPI, que foi o órgão que concedeu o registro, após concluir por sua viabilidade, sendo litisconsorte passivo. IV – Recurso Improvido."

Como examinado, tal corrente doutrinária considera obrigatória a participação do INPI no pólo passivo – réu – das causas que demandam anulação de patentes e registros de marca, situando seu entendimento no instituto do litisconsórcio necessário previsto no art. 47, para o qual, como amplamente abordado, é indispensável a cumulação das partes, seja por decorrência de expressa disposição legal, seja pela natureza da relação jurídica, pois a sentença deve ser uniforme para todos.

Consideram também, a reputar o INPI nessa posição, a incindibilidade da relação jurídica que integra a lide, englobando tanto direitos patrimoniais de propriedade industrial, quanto o ato administrativo que os concede.(28)

Logo, em havendo contribuído para concessão de patente ou registro indevidamente e contra legem, deve obrigatoriamente integrar o pólo passivo da lide que pretender a anulação desses direitos em decorrência da natureza da relação jurídica.

E não só por isso, mas também pela expressa disposição legal dos arts. 57 e 175 da Lei 9.279/96, restaria obrigatória a inserção do INPI na lide como litisconsorte necessário e ulterior (pois ocorrente somente com a contestação), além do que, sustentam que a legitimidade do INPI é ordinária, pois não há alteração objetiva nas lides de nulidade de patente ou marca quando o mesmo é réu desde o início, ou interveniente ulterior.

VIII. O entendimento do autor

Como visto, a questão é controversa, quer sob a ótica legal, quer nos posicionamentos jurisprudenciais, que não dão certeza sobre qual a efetiva posição do INPI nas ações anulatórias. Mesmo com o advento da lei especial que define em seus arts. 57 e 175, entendemos haver certa imprecisão no termo “intervirá” escolhido pelo legislador.

Há de se ter certa cautela ao se empreender em conceitos concretos para definir a correta posição do INPI nas lides anulatórias, a fim de não implicar preciosismo, mesmo formalismo exacerbado, ou teses absurdas.

Atenhamo-nos ao texto expresso da norma especial: o INPI intervirá nos feitos de nulidade de patente ou marca.

Dessa exegese, depreende-se, incontestemente, ter o legislador tornado obrigatória a participação da autarquia nessas espécies de lide, cabendo, apenas e tão-somente, a definição acerca da modalidade de participação - como litisconsorte necessário ou assistente

litisconsorcial. Cabe, desde já, desconsiderar a aplicação, in casu do litisconsórcio facultativo , pois não se encontram previstos os enumerados do art. 46 , v.g., conexão de lides, afinidade de questões comuns ao fato ou ao direito da causa, pois para essa espécie não há obrigatoriedade de intervenção do litisconsorte, sendo apenas e tão-somente iniciativa do autor tal requerimento. Logo, tal modalidade conflita com a orientação da lei especial, pelo que vai relegada, haja vista ser obrigatória a intervenção do INPI , que processualmente não se enquadra no litisconsórcio facultativo .

Outra banda, quanto ao litisconsórcio necessário previsto no art. 47 do CPC, que como visto, caracteriza-se pela indispensável cumulação subjetiva no mesmo processo, decorrência da indivisibilidade da relação jurídica, bem assim da prestação jurisdicional que será alcançada e que obriga a todos, pode ser observado com mais detalhe em sua aplicação nas ações anulatórias.

Seus requisitos decorrem de obrigação de lei, da natureza da relação jurídica e necessidade de necessária sentença uniforme às partes. Pois bem, aparentemente, o requisito da obrigação de disposição legal estaria visível nos arts. 57 e 175 da Lei 9.279/96 que comanda a inclusão do INPI nas lides anulatórias.

Entretanto, a questão não se nos afigura tão singela.

Quando o legislador tratou da parte inicial do art. 47 acerca da questão da cumulação de partes por disposição de lei , quis ele dizer que somente se estabeleceria o cúmulo nas expressas e taxativas circunstâncias da lei. Justamente, o que se verifica nas hipóteses previstas nos arts. 10, § 1º; 761, II; 947; 949; 952; 999, todos do CPC, entre tantos outros a que podem somar-se.

Relevante notar, em todos os dispositivos referidos, cuidou o legislador de tornar obrigatória a citação dos litisconsortes, que nos faz recordar as críticas feitas por Barbi ao texto do CPC, quando admite que o litisconsórcio necessário será sempre passivo, pois citação somente faz-se ao réu, nunca ao autor ou a terceiro.

Logo, as hipóteses de formação do litisconsórcio vêm expressamente definidas em lei, o que, ao revés, não é exegese dos artigos 57 e 175 da Lei 9.279/96, pois quisesse o legislador que o INPI integrasse a lide como co-réu/litisconsorte , disporia precisa e obrigatoriamente acerca da necessidade de sua citação.

Contudo, não impondo a lei sobre citação da autarquia, limitando-se a sua intervenção, não resta enquadrada a hipótese no primeiro requisito do art. 47 do CPC, a justificar a formação do litisconsórcio voluntário.

Superado esse primeiro passo, cabe discutir acerca do requisito da natureza da relação jurídica que exige sentença uniforme para todas as partes e sua aplicabilidade ao caso. Devemos considerar que o INPI detém parcela de responsabilidade sobre o ato concessivo de direitos, até porque é de sua função legal a execução e aplicação correta das normas reguladoras da propriedade industrial no país.

Entretanto, esse ato decorre apenas e tão-somente - e aí encerra-se sua responsabilidade - da sujeição ao próprio ordenamento legal, como em todos os atos administrativos em geral. Pode-se assim dizer, então, que inexistente relação jurídica entre o INPI e o réu titular do registro anulando, salvo aquela exercida por função precípua.

Com efeito, já referido na parte I, deste capítulo, vige entre nós o sistema atributivo de direito, sendo as ações anulatórias objetivadas a desconstituir o direito real atributivo gerado pela patente ou registro, pertencente, por sua vez, única e exclusivamente ao titular. Dessa forma, em não detendo o INPI titularidade sobre o direito real cuja anulação se persegue, não há como se admitir sua inserção no pólo passivo da demanda objeto do estudo, haja vista inexistência do quesito da relação jurídica -entre ambos, que reclame sentença uniforme. A prestação jurisdicional, in casu, limitar-se-á a desconstituir o direito e ou declará-lo nulo, sem interferir ou prejudicar a esfera de direito subjetivo da autarquia.

Em abono desse entendimento vem o precedente do Pretório Excelso, já referido, que concebe litisconsórcio necessário, quando a decisão acarretar obrigações diretas ao terceiro, que prejudiquem ou afete seu direito subjetivo.

Ainda que se admita a existência de relação jurídica entre o réu titular do registro anulando e o INPI, tal não importaria em admissibilidade da tese que considera a autarquia como capaz de responder pela ação anulatória, haja vista que o comando sentencial afetará apenas e tão-somente o titular do direito controvertido na causa, não estendendo-se àquela, ressalvada a singela condenação de anotar em seus arquivos a desconstituição do registro ou da patente.

Razão pela qual, entendemos que o INPI não pode ser considerado como litisconsorte na forma do art. 47 do CPC.

De outra banda, acerca da posição majoritária que considera a participação do INPI na função de assistente, convém destacar questão que submete à consideração, no tocante ao requisito primordial do interesse jurídico, pois sua intensidade é que acarretará a distinção entre assistência simples e assistência

litisconsorcial, (29) até como meio de bem avaliar a correção da orientação dominante.

De Plácido e Silva refere que o interesse jurídico decorre da legitimidade do interesse moral em conjunto com o interesse econômico, possibilitando a defesa dos mesmos, segundo as regras de Direito, definindo-o, então, como "o interesse juridicamente ou legalmente protegido, porque se exhibe legítimo, positivo, certo, atual e inequívoco." (30) Já examinamos, em conceituação genérica, que o instituto da assistência no processo civil brasileiro consiste em intervenção voluntária de terceiro motivado por interesse jurídico para auxiliar determinada parte na obtenção do provimento jurisdicional, podendo-se dar na forma simples (art. 50 do CPC) ou litisconsorcial (art. 54 do CPC).

Pois bem, de imediato, concordamos que o INPI possui o quesito do interesse jurídico exigido por lei para intervir em demandas anulatórias visando a assistência a uma das partes, pois decorrência de sua atividade executora e aplicadora das normas de propriedade industrial, denota-se presença do interesse público ao agir em nome da coletividade, por ser detentor de poder e autoridade de que se utiliza para tornar efetivo ou não determinado direito em face da norma. E se alguém pretende a anulação desse direito, cabe-lhe legitimamente defendê-lo em prol da coletividade e da correta aplicação da lei, ainda que haja o conflito privado.

Com base nesses argumentos e considerando também que a coisa julgada não atinge diretamente o assistente simples (art. 50 do CPC), pelo singelo fato de estar em julgamento direito do assistido e não seu, atingido-lhe somente os efeitos reflexos, que inclusive existiriam sem sua intervenção, ter-se-ia que admitir ser essa a correta posição do INPI em ações anulatórias, caso seguissemos a definição da norma processual civil. Não há resquícios de dúvidas de que a autarquia possui qualidades para intervir em feitos dessa espécie como assistente simples ou adesivo.

Entretanto, não foi essa a orientação introduzida pelo legislador na regra especial (arts. 57 e 175 da Lei 9.279/96), ao determinar que, nas ações de nulidade, quando não for autor, o INPI intervirá no feito.

Com efeito, ao dispor sobre essa condição, retirou-se-lhe o caráter facultativo previsto no art. 50, in fine, do CPC, pelo que não mais poderá ser admitido como assistente simples, remanescendo então, a assistência litisconsorcial prevista no art. 54 do CPC. Não se confunda, contudo, intervenção obrigatória com o preconizado pelo art. 47 do CPC - litisconsórcio passivo necessário por disposição de lei, pois esse último importa necessariamente em citação, ato

processual que não encontra previsão na lei especial. Contudo, discordamos da qualificação do INPI como assistente litisconsorcial, por não nos parecer a mais correta conforme o direito processual, pois nessa modalidade, ele estaria diretamente vinculado à relação jurídica, discutindo direito que também lhe caberia, possibilitando, inclusive, agir isoladamente na causa. Ocorre que, também por expressa disposição normativa, nas ações anulatórias, não está o INPI autorizado a integrar o pólo passivo isoladamente, pois o § 1º dos arts. 57 e 175 da Lei 9.279/96 estatuíram o prazo para resposta do réu titular da patente ou do registro.

Aqui também há certa contrariedade na norma, pois legitima o INPI a propor ação de nulidade – situação na qual se poderia admitir, então, sua intervenção como assistente litisconsorcial do autor – não o fazendo, porém, em sua posição passiva, pois além de litigar conjuntamente com o réu titular definiu apenas sobre sua intervenção.

Logo, somos incisivos ao afirmar, sem qualquer dúvida, que o legislador se equivocou ao pretender definir a posição processual passiva do INPI nas ações anulatórias, pois a exegese dos artigos da lei especial contraria os conceitos trazidos no diploma processual pátrio, além de tornar confusa sua interpretação combinada. Na verdade, ao instituir que o INPI intervirá nas ações dessa espécie, deu-lhe aspectos de obrigatoriedade e, como tal, importou em renúncia à faculdade prevista no art. 50 do CPC para a assistência. Além disso, não tornando obrigatória a citação do INPI, deixou-lhe de atribuir, de igual forma, os requisitos exigidos para o litisconsórcio passivo necessário do art. 47 do mesmo Codex.

E mais, também não se apresenta como assistente litisconsorcial por não discutir direito que também lhe caberia, pelo que estaria legitimado a agir isoladamente no pólo passivo da causa.

Para formar nosso entendimento, optamos, então, por posição menos ortodoxa de interpretação da lei especial, concluindo que a intervenção do INPI prevista nos arts. 57 e 175 da Lei 9.279/96, ainda que tornada obrigatória, caracteriza-se como simples ou adesiva, nos moldes do art. 50 do CPC. Com efeito, restaria presente o requisito ensejador de sua participação nas ações anulatórias de patentes e registros nessa modalidade, qual seja do legítimo interesse jurídico, por possuir função única de zelar pela correta execução e aplicação das leis que regulam a propriedade industrial, aí evidenciado o interesse público, que motivaria sua intervenção para assistir qualquer das partes cuja sentença opte por ser favorável. Tocante ao momento da participação, caberia ao autor ou ao réu postular pelo chamamento da autarquia.

Sem embargo dessas conclusões, devemos relevar que, na prática, regra geral, tem o INPI agido de forma incoerente e ao seu bel-prazer acerca da participação nas lides anulatórias de registros e/ou patentes, ora postulando por sua inclusão na lide na qualidade de assistente - quando a ação é aforada perante a seção judiciária da Justiça Federal do Rio de Janeiro - ora adotando posição típica de parte – quando oferta Exceção de Incompetência nas ações aforadas perante as seções das Justiças Federais de outros estados que não o Rio de Janeiro - ato processual típico de quem é parte.

Gize-se, inclusive, nessa última hipótese, em sendo julgada procedente a exceção dilatória e remetidos o feito à seção judiciária onde tem sua sede, curiosamente, em contestação postula por sua inclusão na lide como assistente, inclusive para eximir-se dos ônus sucumbenciais, contrariando frontalmente a norma de Ritos, pois litigará em duas posições processuais diversas.

Ora, sabemos das dificuldades administrativas do INPI, especialmente de acompanhamento de ações aforadas fora de seu domicílio, porém, não se pode relegar a orientação das normas especial e geral, ficando ao livre arbítrio da autarquia para eleição do foro de seu interesse, servindo-lhe sempre de beneplácito.

Se opõe Exceção de Incompetência, seja julgada procedente ou não, assume para si posição processual de parte, e como tal, deve responder pelos ônus decorrentes. Se pretende sua inclusão como assistente, deve aceitar ser demandado em foro que não o de seu domicílio, pois não dispõe do processo para tal eleição, que cabe única e exclusivamente ao autor da ação.

Logo, há de ser vista com ressalvas a posição adotada pela autarquia nas demandas anulatórias, em seu conteúdo prático, mas, de qualquer sorte, consubstanciado nas razões já expostas, somos por admitir sua intervenção como assistente simples da parte que assim desejar.

Notas de Rodapé

1. SILVEIRA, Newton. A propriedade Intelectual e a Nova Lei de Propriedade Industrial. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 59.
2. PAES, Paulo Roberto Tavares. Propriedade Industrial. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 54.
3. BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). Ag. Inst. 1999.04.01.0134331/PR da 4ª Turma. Relator Juiz José Luiz B. Germano da Silva. Porto Alegre, 1999. DJU, Brasília, DF, 30 de junho de 1999.

4. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 1990.02.13015/RJ, 4ª Turma. Relator Juiz Rogério Carvalho. Rio de Janeiro, 1999. DJU, Brasília, DF, 25 de maio de 1999.
5. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ag. Inst. 8902043142/RJ, 3ª Turma. Relator Juiz Castro Aguiar. Rio de Janeiro, 1995. DJU, Brasília, DF, 01 de junho de 1995.
6. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 90.02.061781/RJ, 3ª Turma. Relator Juiz Paulo Barata. Rio de Janeiro, 1994. DJU, Brasília, DF, 19 de maio de 1994.
7. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 92.02.164541, 3ª Turma. Relator Juiz Ricardo Regueira. Rio de Janeiro, 1994. DJU, Brasília, DF, 03 de março de 1994.
8. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 90.02.13738-9/RJ, 3ª Turma. Relator Juiz Ney Magno Valadares. Rio de Janeiro, 1991. DJU, Brasília, DF, 21 de novembro de 1991.
9. DOMINGUES, Douglas Gabriel. Marcas e Expressões de Propaganda. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 456.
10. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ag. Inst. 92.02.2086737/RJ, 5ª Turma. Relator Juíza Tanya Vargas. Rio de Janeiro, 2000. DJU, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2000.
11. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 90.02.136374/RJ, 2ª Turma. Relator Juiz Castro Aguiar. Rio de Janeiro, 1996. DJU, Brasília, DF, 29 de agosto de 1996.
12. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 94.02.225978/RJ, 4ª Turma. Relator Juiz Carreira Alvim. Rio de Janeiro, 1996. DJU, Brasília, DF, 04 de junho de 1996.
13. BRASIL. Tribunal Regional Federal (2. Região). Ap. Cív. 90.02.226470/RJ, 1ª Turma. Relator Juiz Chalu Barbosa. Rio de Janeiro, 1996. DJU, Brasília, DF, 04 de abril de 1996.
14. SCHMIDT, 1997, p. 40.
15. CARNEIRO, 2003. p. 157.
16. Silva, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967. v.2, p. 849.

17. Optamos por essa nomenclatura, sem prejuízos daqueles que consideram a ação como sendo de nulidade, por entendermos que os atos concessivos de patentes e registros de marcas e desenhos industriais são anuláveis, pois trata-se de direitos de natureza privada, cuja anulabilidade há de ser pronunciada mediante provocação da parte, prescritíveis e que dependem de sua decretação por sentença.

18. SOARES, José Carlos Tinoco. Lei de Patentes, Marcas e Direitos Conexos. São Paulo: RT, 1997. p. 213. aqui teria de citar a obra do BORJA ou então explicar a informação dada acima.

19. SOARES, José Carlos Tinoco. Lei de Patentes, Marcas e Direitos Conexos. São Paulo: RT, 1997. p. 85, p. 213.

20. MENDONÇA, Carvalho de. Tratado de Direito Comercial. v.5, Part.1, n. 226, p. 221.

21. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 52.106-SP da 4ª Turma. Relator Ministro Barros Monteiro. Brasília, DF, 1999. DJU, Brasília, 29 de novembro de 1999.

22. CARNELUTTI, Francesco. Instituições do Processo Civil. Campinas: Servanda, 1999. v.1, p. 439.

23. CALAMANDREI, Piero. Direito Processual Civil. Campinas: Bookseller, 1999. v.2, p. 237.

24. MARQUES, José Frederico. Instituições de Direito Processual Civil. Campinas: Millenium, 2000. v.2, p. 213.

25. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Código de Processo Civil Anotado. 7. ed., ampl. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 47.

26. BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1975. v.1, t. 1, p. 263.

27. BARBI, 1975, p. 268.

28. TEIXEIRA, 2003, p. 48.

29. BARBI, op. cit., p. 272.

30. COSTA, Lopes da. Direito Processual Civil. v. 1 , p. 405/406.

31. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE100.411-RJ da 2. Turma. Relator Ministro Francisco Rezek. Brasília, 4 de setembro de 1984. Revista dos Tribunais, São Paulo , ano 74, v. 594, p. 249, abr. 1985.

32. BARBI, 1975, p. 276/278
33. GUSMÃO, Aureliano de. Processo Civil e Comercial. São Paulo: Saraiva, 1934. p. 508.
34. MARQUES, 2000, p. 249/250.
35. TEIXEIRA, 2003, p. 50.
36. CARNEIRO, Athos de Gusmão. Intervenção de Terceiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. p. 151.
37. TEIXEIRA, op. cit., p. 50.
38. CARNEIRO, op. cit., p. 157.
39. MARQUES, op. cit., p. 253.
40. TEIXEIRA, op. cit., pg. 50.; MARQUES, op. cit., p. 252; CARNEIRO, op. cit., p. 152.
41. LIEBMANN, Enrico Tullio. Manuale, v. 1, p. 154.
42. Schmidt, Lélío Denicoli. O INPI nas ações de nulidade de marca ou patente: assistente, litisconsorte ou fiscal da Lei? São Paulo, Revista da ABPI , n. 26, p. 29/41, jan./fev. 1997.
43. GAMA CERQUEIRA, João da. Tratado. v.1, p. 513 e 524; v.2, p. 1080.
44. SOARES, 1997, p. 103 e 267.
45. LOUREIRO, Luiz Guilherme de A.V. A Lei de Propriedade Industrial Comentada . São Paulo: Lejus, 1999. p. 127, 132 , 301.

REVISTA DE DOUTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO
- EMAGIS